

Relatório e Contas de 2011

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório de Gestão

1

Hl.
fil
mth

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011

I. Enquadramento geral da atividade de cobrança desenvolvida em 2011

O ano de 2011 voltou a confirmar a necessidade imperiosa e urgente de alterar a Lei que regula a cobrança e gestão da remuneração devida pela Cópia Privada de obras, prevista pela alínea b) do artigo 81.º e pelo artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, e regulamentada pela Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, na redacção da Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto.

A necessidade de revisão sente-se não só ao nível do alargamento do elenco de suportes abrangidos pela remuneração, mas também quanto às regras de cobrança e sobretudo à criação de condições para a fiscalização efectiva do cumprimento da Lei.

No que respeita ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, manteve-se a tendência de um decréscimo significativo nos valores declarados e posteriormente faturados pela AGE COP, que se tem verificado desde 2004, conforme resulta dos quadros 1, 2 e 3 constantes do **anexo 1**.

Analisando as cobranças efectuadas ao longo do ano de 2011, são de destacar os seguintes dados:

➤ € 1.688.963,55 de faturação total – este valor inclui a faturação do Departamento de Reprografia, no valor de € 16.591,83, e do Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, na quantia de € 1.672.371,72 relativa à cobrança das remunerações incidentes sobre as vendas de equipamentos e suportes sujeitos a

M.
Filipe
M.

remuneração, referentes aos anos de 2010 e 2011, excluindo apenas o último trimestre do ano civil a que se reporta o presente relatório, cuja declaração apenas é efetuada em 2012. De notar que se verificou um decréscimo de cerca de meio milhão de euros relativamente aos números do ano passado, que indicavam uma faturação de € 2.233.204,25. Assim, a faturação deste ano foi cerca de 24 % inferior à do ano passado.

➤ Quanto aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, totalizam o valor de € 2.321.403,09, sendo € 16.747,72 da Reprografia e € 2.304.655,37 da Cópia Sonora e Audiovisual. Em 2010 as cobranças totais ascenderam a € 2.389.632,28, sendo portanto o valor de 2011 cerca de 3 % inferior ao do ano anterior.

Os valores cobrados no ano de 2011 encontram-se melhor detalhados, por mês, no anexo 3. O ratio de cobrança face aos valores declarados situa-se nos 137%, devido à inclusão nas cobranças de valores pagos em execução de acordos de pagamento de dívidas referentes a anos anteriores. **Apresentam-se de seguida os anexos 2 e 3 ao presente relatório.**

Dos quadros do anexo 1 resulta claro que na maior parte das categorias de suportes foram vendidas quantidades superiores às declaradas à AGE COP, o que deve ser lido considerando que as informações fornecidas se restringem aos dados de *sell-out* dos agentes do mercado dito regular e restrito a grandes retalhistas, isto é, não abrange situações conexas com a pirataria, em que a aquisição de suportes é feita a partir de canais do mercado paralelo, nem as importações diretas efetuadas por pequenos retalhistas ou a totalidade das vendas on line. Estima-se que estes dados abranjam cerca de 80% do mercado total de venda destes produtos.

Al-
Hil
mhz

Os aparelhos e suportes atualmente incluídos no âmbito da remuneração pela cópia privada já estão claramente ultrapassados em termos de vendas pelos novos dispositivos de armazenamento que permitem reproduzir conteúdos protegidos e que atualmente não são objecto de remuneração.

Referimo-nos aos leitores de MP3 e MP4, aos telemóveis, cartões de memória, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia, com uma capacidade média de 500 GB), blu-ray, pen-drives, boxes digitais, entre outros dispositivos de armazenamento, com uma capacidade de armazenamento muito superior à dos CD e DVD, que estão a cair em desuso.

A venda crescente de novos suportes que permitem efetuar reprodução de obras e não são abrangidos pela remuneração não é a única causa que justifica a diminuição de cobranças.

A ausência de uma fiscalização permanente e efetiva tem contribuído para que a fraude seja crescente no mercado português. Não obstante os inúmeros contatos desenvolvidos, os esforços para mobilização das autoridades têm dado poucos resultados.

Perante as alterações legislativas que se esperavam foi entendimento da AGE COP que faria sentido, ao invés de prosseguir com quaisquer atividades prospetivas, preparar a Associação para o que se esperava ser o alargamento do objeto das cobranças que a projetada revisão da Lei da Cópia Privada deveria acarretar.

Foi ainda efetuado um considerável esforço de recuperação de créditos, esforço esse que passou por:

Handwritten signature

- (i) Implementar procedimentos de notificação de entidades devedoras, calendarizados de acordo com os ciclos normais de declaração e faturação;
- (ii) Implementar procedimentos contínuos de cobrança de créditos na fase pré-judicial;
- (iii) Implementar uma estratégia de cobrança judicial.

Os esforços desenvolvidos permitiram que, em 2011, apesar da faturação ter tido uma diminuição na ordem dos 24%, a cobrança tenha apresentado valores muito próximos dos registados no ano transato, o que reflete um excelente desempenho na cobrança de faturas vencidas e não pagas.

Apesar dos progressos alcançados continuam a ser problemas que urge resolver: a clara insuficiência e inadequação do quadro legal em vigor no que se refere ao regime de responsabilidade, a ausência de mecanismos de aplicação efetiva da Lei por parte da AGE COP e o regime de cobrança e entrega da remuneração, o qual deve ser mais eficiente, claro e responsabilizador. Daqui deriva a impossibilidade de a AGE COP intervir de forma directa para contribuir para a moralização do mercado com meios eficazes e céleres, restando-nos a alternativa de agir judicialmente.

No que respeita ao Departamento de Reprografia, os dados de cobrança referentes a 2011 revelam uma faturação de € 16.591,83 e recebimentos de € 16.747,72. Os dados comparativos de faturação e recebimentos desde 2006, primeiro ano de cobrança deste Departamento, encontram-se melhor detalhados no **anexo 3**.

De facto, o quadro legal da cópia privada na área da Reprografia é adverso à tutela dos interesses dos titulares de direitos, já que prevê um falso sistema duplo de remuneração: falso porque prevê uma tarifa de 3% sobre os equipamentos que não

pe-
fil
mta

é aplicável, pois os aparelhos que permitem fotocopiar ou por qualquer outra forma reproduzir obras protegidas não têm a tecnologia analógica requerida por Lei, e também porque a tarifa que incide sobre os operadores do mercado (3% do preço de venda sem IVA de uma fotocópia, o que equivale a cerca de € 0,0012) transforma a cobrança numa fonte de custos e não de receitas. Acresce que o método de cobrança, que implica calcular a remuneração devida com base no n.º de cópias fornecido pelos operadores de mercado sem possibilidade de controlo efetivo, aumenta a ineficiência da cobrança e desencadeia situações como as de centros de cópias que pagam quantias inferiores a um euro por ano.

Não obstante, desde 2006 foram já celebrados mais de três centenas de protocolos com centros de cópias, bibliotecas públicas, ordens profissionais e arquivos públicos, que geraram as seguintes cobranças, com referência à tarifa anual de cada um dos anos abaixo individualizados. Destes, apenas cerca de 180 se encontraram ativos e em pagamento no ano de 2011. Como tal, foram desencadeados de imediato procedimentos para a cobrança coerciva de dívidas, que têm tido algum retorno em termos de cobrança. Também aqui os esforços desenvolvidos em 2011 foram determinantes para o crescimento desta feita não só da cobrança como também da faturação.

Todos estes fatores demonstram que a Lei em vigor é claramente insuficiente e inadequada, causando prejuízos aos titulares de direitos que assim são coartados no seu direito à remuneração pela reprodução que é feita das suas obras. A atualização do elenco de suportes e aparelhos abrangidos é imperativa para a conformidade da Lei nacional com a Convenção de Berna e com a Directiva 2001/29/CE: para que exista exceção ao direito exclusivo de reprodução por via da

Handwritten signature and initials.

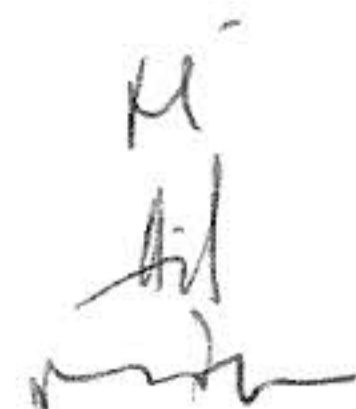
cópia privada é necessário compensar os titulares de direitos, atribuindo-lhes uma remuneração equitativa. Sem que tal suceda, a violação da regra dos três passos é flagrante e constitui um desincentivo à criação e à cultura nacional.

II. Alteração da Lei

Na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito dos Departamentos, sob a coordenação e supervisão da Direcção, foi apresentada em 2008 ao Ministro da Cultura, ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares e à 13.ª Comissão de Assuntos Parlamentares uma proposta de alteração da Lei na globalidade, devidamente fundamentada na experiência resultante do trabalho desenvolvido pela AGE COP nestes últimos anos e revista em 2009 quanto a aspetos procedimentais relevantes.

Ambos os Departamentos têm um objetivo comum e uma missão essencial: pugnar pela alteração do quadro legal vigente para o instituto da cópia privada, para que efetivamente permita compensar os titulares de direitos pelo uso da sua criação e ressarcir-lhes pelos danos que lhes são causados e que se adeque com as previsões dos instrumentos legislativos internacionais.

Em 2010 foi reforçada a regularidade dos contatos com as entidades responsáveis pela alteração da Lei. Ao nível do Governo, através de audiências com a Ministra da Cultura e o Ministro dos Assuntos Parlamentares, e com membros dos respetivos Gabinetes, com representantes do GDA e do GPEAR, do gabinete do Secretário de Estado da Inovação – Plano Tecnológico; ao nível da Assembleia da República,



através de reuniões com representantes dos Grupos Parlamentares e de uma audiência com o Presidente da 13.ª Comissão.

Durante o ano 2011 tais esforços foram intensificados, tendo no primeiro trimestre do ano, sido apresentado um projeto de Proposta de Lei por parte do então Ministério da Cultura. Lamentavelmente, e apesar de todos os esforços e alertas formulados pela AGE COP, a proposta não chegou a ser formalmente apresentada na anterior legislatura.

No início de 2012, foi esse projeto retomado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, agora sob a forma de Projeto Lei, projeto esse que após vicissitudes várias – que por serem públicas, nos dispensamos de enumerar – acabou por ser retirado, pelos proponentes, sem qualquer votação, o que lamentamos, embora se reconheça que uma proposta apresentada em semelhantes condições dificilmente poderia estar destinada a transformar-se em Lei.

Temos assim que, apesar dos esforços concertados da AGE COP e dos seus associados, das inúmeras reuniões havidas, da informação veiculada e dos elementos e dados objetivos apresentados, continua a não existir, em Portugal, um regime eficiente e justo e equitativo de remuneração pela cópia privada.

No momento em que está a ser redigido o presente relatório, a Direcção da AGE COP não possui qualquer dado concreto sobre aqueles que serão os futuros desenvolvimentos deste dossier legislativo.



III. Distribuição

Em dezembro foi feita a distribuição das quantias cobradas entre dezembro de 2010 e outubro de 2011, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção, e dos juros das aplicações bancárias efetuadas.

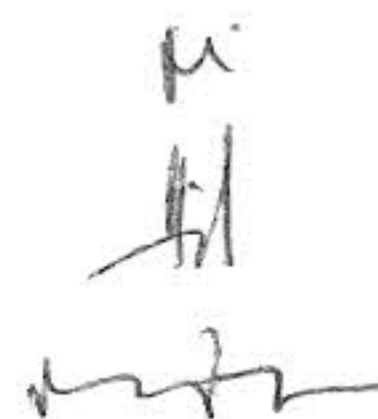
Foi distribuída a quantia total de € 1.845.124,85, e de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e com os acordos concluídos para a percentagem conjunta dos produtores, os nossos associados receberam os seguintes montantes:

✓ SPA	€ 739.594,85
✓ GDA	€ 554.052,42
✓ GEDIPE	€ 292.882,91
✓ AUDIOGEST	€ 258.594,67

IV. Fundo cultural

Tratemos agora a matéria da aplicação do fundo cultural da AGE COP.

Durante o ano de 2011, a AGE COP continuou a desenvolver o Grande ©. Trata-se de um projeto pioneiro, quer quanto à abordagem comportamental, quer quanto ao âmbito das categorias de obras e titulares de direitos abrangidos, que visa a Educação e Literacia em Direito de Autor e Direitos Conexos. O trabalho desenvolvido no âmbito do Grande © encontra-se amplamente documentado no Relatório Final da Edição 2009-2010 e no Estudo de Impacto do Grande © como ferramenta de literacia para as matérias do direito de autor e dos direitos conexos.



O êxito alcançado na motivação dos alunos e professores em torno do tema da criatividade e da obra original, enquanto fundamentos dos sistemas de protecção de direitos, determinou a continuidade desta iniciativa, que foi criada e dirigida pela Diretora Executiva, Dra. Vera Castanheira, que a acompanhou permanentemente. Ainda em 2011 é de salientar o lançamento do Pequeno Grande ©, um projeto para a faixa etária 6-12 anos, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian.

V. Custos de funcionamento

A cobrança global da AGECOP em 2011 foi de € 2.321.403,09 brutos, equivalentes a € 1.857.122,47, depois de efetuada a dedução de 20% para o fundo cultural imposta pela Lei.

- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por € 2.304.655,37, quantia que representa 99,3% da receita global;
- o Departamento de Reprografia gerou apenas € 16.747,72 da receita global, representando 0,7% da mesma;
- os custos de funcionamento totais são de € 251.331,21;
- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual deve suportar 99,3% dos mesmos, o que equivale a € 249.571,89. Foi retida na distribuição de 2011 a quantia orçamentada para custos totais, no valor de € 203.525,60, a qual já foi faturada pelos associados, em conformidade com as novas regras;
- o Departamento de Reprografia deve suportar 0,7% dos mesmos, o que corresponde a € 1.759,32, cabendo a cada associado o pagamento da quota de € 586,44. As quotas em apreço serão faturadas após aprovação do

pe
Hil
mtz

presente relatório de gestão, e retidas a partir do valor das cobranças efetuadas por este Departamento.

VI. Contabilidade e fiscalidade

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada, não existindo quaisquer dívidas ao fisco.

As obrigações declarativas têm sido cumpridas, nos termos definidos pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo qualquer irregularidade.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão. Na sequência de notificação em dezembro de 2010 pela Direcção Geral de Contribuição e Impostos do indeferimento do pedido de isenção de IRC formulado em 2002 (muito embora a AGE COP tenha no seu estatuto fiscal a informação de isenção definitiva), foi apresentada reclamação desta decisão, devidamente fundamentada e instruída com todos os documentos relevantes, nos primeiros dias de janeiro de 2011.

Não tendo sido dado provimento a tal reclamação, a AGE COP interpôs o competente recurso judicial, estando o processo a decorrer no Tribunal Tributário de Lisboa. Até à data não obtivemos informações quanto ao estado atual do processo.

Em matéria de IVA, a recente alteração ao n.º 16 do artigo 9.º do CIVA, efetuada através do Orçamento de Estado para 2012, lançou a AGE COP e a gestão coletiva



em geral, num caos, motivado por dúvidas interpretativas motivadas pela forma como foi alterada a norma. Perante esta situação, a AGE COP, já em 2012:

- (i) decidiu apresentar um pedido de parecer vinculativo aos serviços de IVA;
- (ii) deliberou prosseguir a faturação sem IVA, até novas indicações por parte dos serviços de IVA, dos seus consultores fiscais, ou até nova deliberação da Assembleia Geral ou da Direcção.

VII. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efetua qualquer proposta de aplicação de resultados.

VIII. Previsão de receitas e despesas

A previsão de receitas e despesas é efetuado nos termos do plano de atividades e do orçamento para 2012.

IX. Agradecimentos

Um facto a assinalar este ano é o de que desde julho deixámos de contar com a colaboração da Dra. Vera Castanheira, Diretora Executiva da AGE COP, dado que foi requisitada para funções de relevante interesse público.


A Direcção entende dever exarar neste Relatório o seu agradecimento por todo o trabalho que desempenhou na AGE COP, em todas as suas atividades e desejar as maiores felicidades nas suas atuais funções.

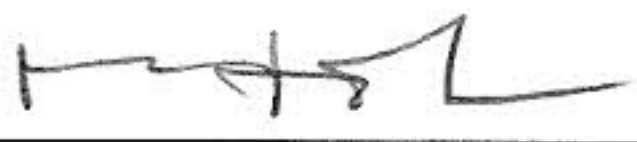
A Direcção agradece igualmente a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais que acompanharam em permanência a atividade da AGE COP, contribuindo para garantir um desempenho positivo em tempos de crise.


Importa ainda agradecer a todos os Associados por todo o suporte e empenhamento que evidenciaram em todas as ocasiões, nomeadamente nas propostas quanto à nova Lei da Cópia Privada.

Lisboa, 23 de Março de 2012

A Direcção

SPA

(João David Nunes)

APEL

(Miguel Freitas da Costa)

AUDIOGEST

(Miguel Carretas)

ANEXO 1

SUPORTES DECLARADOS 2005-2011 - Quadro 1

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
CD 8	-	20.869,00	40.128,00	32.674,00	19.965,00	1.429,00	2.250,00	117.315,00
CD 8 cm	77.942,00	54.093,00	5.883,00	2.858,00	-	405,00	250,00	141.471,00
CD R Data	-	-	-	-	-	57.150,00	854.969,00	922.159,00
CD R Data	46.160.170,00	37.464.204,00	7.242.301,00	10.351.454,00	593.141,00	601.617,00	102.412.887,00	102.412.887,00
CD R Audio	1.080.932,00	841.744,00	181.035,00	132.136,00	5.198,00	5.921,00	2.251.342,00	2.251.342,00
CD R Audio	-	170.148,00	226.622,00	177.759,00	138.252,00	61.055,00	4.374,00	840.674,00
CD R Data	-	47.319.044,00	27.590.557,00	18.439.937,00	18.683.670,00	10.896.314,00	7.544.349,00	93.510.193,00
CD RW Data	-	-	-	-	-	4.632,00	21.601,00	26.233,00
CD RW Data	1.162.182,00	971.597,00	305.794,00	191.516,00	9.700,00	5.057,00	-	2.646.246,00
CD RW Audio	28.597,00	4.739,00	5,00	1.002,00	110,00	137,00	144,00	34.734,00
CD RW Audio	-	8.811,00	2.514,00	1.057,00	999,00	1.264,00	471,00	15.526,00
CD RW Data	-	1.190.779,00	374.689,00	393.265,00	1.544.311,00	260.704,00	359.833,00	3.730.498,00
DVD R	20.119.905,00	19.837.425,00	7.694.597,00	7.603.599,00	2.969.474,00	572.153,00	788.886,00	59.685.952,00
DVD RAM	23.773,00	4.002,00	1.585,00	1.633,00	1.555,00	798,00	396,00	34.132,00
DVD R	-	-	-	-	-	100.695,00	-	100.695,00
DVD R	-	20.143.681,00	6.431.405,00	14.168.519,00	13.942.147,00	9.301.075,00	6.784.406,00	68.764.472,00
DVD RW	672.803,00	572.803,00	1.135.918,00	545.979,00	603.124,00	343.894,00	304.011,00	3.007.367,00
DVD RW	-	-	-	-	-	8.545,00	19.491,00	28.036,00
Total	69.326.307,00	69.326.307,00	77.770.610,00	63.238.811,00	52.416.818,00	38.556.972,00	16.762.289,00	340.308.164,00

Av. Estados Unidos da América, nº 94, 7.º B - 1700-178 LISBOA
Tel. 218 486 605 - Fax 218 486 607 - Cont. 505 183 994

RESUMO SUPORTES DECLARADOS À AGE COP (UNIDADES) - Quadro 2

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CD R	47.519.044,00	48.906.024,00	35.286.926,00	28.136.870,00	19.440.227,00	11.623.931,00	8.482.070,00
CD RW	1.190.779,00	1.359.836,00	1.106.429,00	587.250,00	1.555.120,00	271.794,00	382.049,00
DVD R	20.143.681,00	26.372.832,00	25.833.502,00	21.773.665,00	16.913.176,00	9.974.711,00	7.573.678,00
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.974,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	322.492,00

RATIO COBRANÇA % (QUANTIDADES DECLARADAS VS. MERCADO) - Quadro 4

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CD R	117,35	141,54	118,84	130,24	306,86	85,66	sem informação
CD RW	122,73	123,27	107,59	102,25	400,67	80,96	sem informação
DVD R	112,99	115,31	202,60	98,46	86,99	61,06	sem informação
DVD RW	127,41	216,38	88,42	91,91	91,08	60,49	sem informação

SUPORTES VENDIDOS GFK (UNIDADES) - Quadro 3

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CD R	40.374.236,00	34.532.300,00	29.693.681,00	22.372.027,00	18.191.961,00	13.570.405,00	13.570.405,00
CD RW	970.217,00	1.103.107,00	1.029.243,00	574.339,00	308.130,00	305.520,00	305.520,00
DVD R	17.827.392,00	22.870.484,00	25.178.148,00	22.114.873,00	19.443.407,00	16.334.760,00	16.334.760,00
DVD RW	528.065,00	972.644,00	1.144.463,00	999.982,00	704.219,00	604.544,00	604.544,00

W
Hil
m

M
Hil

ANEXO 2

Períodos	Remunerações devidas						Ratio de cobrança %	
	Facturado		Recebimentos			Valores a receber de clientes		
	Ate 2010	2011	Total	Ate 2010	2011			Total
Até ao 2.º trimestre 2006	9.655.706,54		9.655.706,54	9.655.706,54		9.655.706,54	0,00	100,00
2.º trimestre de 2006	1.152.591,76		1.152.591,76	1.120.334,95	17.399,70	1.137.734,65	14.857,11	98,71
3.º trimestre de 2006	1.728.905,23		1.728.905,23	1.438.248,22	12.755,01	1.451.003,23	277.902,00	83,93
4.º trimestre de 2006	1.684.712,62		1.684.712,62	1.610.533,86	28.793,35	1.639.327,21	45.385,41	97,31
1.º trimestre de 2007	1.623.323,28		1.623.323,28	1.623.353,28	-90,00	1.623.263,28	60,00	100,00
2.º trimestre de 2007	1.388.976,40		1.388.976,40	1.371.980,35	810,86	1.372.791,21	16.185,19	98,83
3.º trimestre de 2007	1.341.750,48		1.341.750,48	1.334.174,83		1.334.174,83	7.575,65	99,44
4.º trimestre de 2007	1.483.909,90		1.483.909,90	1.480.348,51		1.480.348,51	3.561,39	99,76
1.º trimestre de 2008	1.105.775,66	-5.327,10	1.100.448,56	1.098.248,85		1.098.248,85	2.199,71	99,80
2.º trimestre de 2008	932.714,99		932.714,99	913.352,89		913.352,89	19.362,10	97,92
3.º trimestre de 2008	983.372,52	1.352,20	984.724,72	983.372,52	907,98	984.280,50	444,22	99,95
4.º trimestre de 2008	1.193.669,15	2.531,55	1.196.200,70	1.170.011,10	2.007,44	1.172.018,54	24.182,16	97,98
1.º trimestre de 2009	972.919,14	1.969,75	974.888,89	941.456,56	1.394,39	942.850,95	32.037,94	96,71
2.º trimestre de 2009	736.374,39	836,96	737.211,35	705.754,79	9,20	705.763,99	31.447,36	95,73
3.º trimestre de 2009	838.376,23	1.748,89	840.125,12	582.740,66	181.801,25	764.541,91	75.583,21	91,00
4.º trimestre de 2009	595.190,74	1.912,16	597.102,90	429.672,15	129.813,24	559.485,39	37.617,51	93,70
1.º trimestre de 2010	758.077,68	2.490,78	760.568,46	581.518,58	134.018,18	715.536,76	45.031,70	94,08
2.º trimestre de 2010	519.044,71	15.937,73	534.982,44	399.030,29	134.381,17	533.411,46	1.570,98	99,71
3.º trimestre de 2010	315.591,42	143.292,39	458.883,81	283.069,40	172.677,94	455.747,34	3.136,47	99,32
4.º trimestre de 2010		474.881,40	474.881,40		476.854,35	476.854,35	-1.972,95	100,42
1.º trimestre de 2011		341.015,07	341.015,07		340.387,83	340.387,83	627,24	99,82
2.º trimestre de 2011		318.377,02	318.377,02		317.578,69	317.578,69	798,33	99,75
3.º trimestre de 2011		359.089,95	359.089,95		340.891,82	340.891,82	18.198,13	94,93
Juros de mora	19.950,22	12.262,97	32.213,19	19.950,22	12.262,97	32.213,19	0,00	100,00
Total	29.030.933,06	1.672.371,72	30.703.304,78	27.742.858,55	2.304.655,37	30.047.513,92	655.790,86	97,45

pe.
Hil
mte

ANEXO 3

FACTURADO/RECEBIDO JANEIRO A DEZEMBRO/2011

FACTURADO												
Facturação DCSA-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
126.815,47	183.090,84	316.346,25	110.488,87	79.722,28	121.310,38	162.651,66	100.339,40	88.963,90	208.619,12	152.022,34	7.672,24	1.660.108,75
Débito Juros de Mora-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1.634,06	1.527,79	2.597,26	1.167,36	-	2.056,67	-	881,64	772,76	642,11	553,81	479,51	12.262,97
Total DCSA												
130.449,53	184.618,63	318.943,51	111.656,23	79.722,28	123.367,05	162.651,66	101.281,04	89.742,66	209.261,23	152.576,15	8.101,75	1.672.371,72
Facturação Reprografia-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
270,89	357,02	557,38	393,06	159,87	481,62	-	35,08	2.463,48	5.007,61	3.491,48	3.323,29	16.564,01
Débito Juros de Mora-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
-	-	-	-	-	-	13,91	13,91	-	-	-	-	27,82
Total RPG												
270,89	357,02	557,38	393,06	159,87	481,62	-	48,99	2.463,48	5.007,61	3.491,48	3.323,29	16.591,83
Total facturado												
130.720,42	184.975,65	319.500,89	112.049,29	79.922,15	123.848,67	162.648,80	101.330,03	92.206,14	214.268,84	156.067,63	11.425,04	1.688.963,55
RECEBIDO												
Recibos DCSA-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
184.916,25	124.329,24	131.426,62	267.156,34	256.721,59	146.434,18	144.664,98	315.657,49	89.320,55	118.655,23	260.654,80	252.415,13	2.292.392,40
Recibos Juros de Mora-Intyme-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1.634,06	1.527,79	2.597,26	1.167,36	-	2.056,67	-	881,64	772,76	642,11	553,81	479,51	12.262,97
Total DCSA												
186.550,31	125.857,03	134.023,88	268.323,70	256.721,59	148.490,85	144.664,98	316.579,13	90.093,31	119.297,34	261.208,61	252.844,64	2.304.655,37
Recibos Reprografia-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
357,25	1.029,52	987,48	239,41	494,53	1.754,27	1.496,91	265,77	1.223,51	2.591,14	3.747,43	2.532,68	16.719,90
Recibos Juros de Mora-01/01/2011-31/12/2011												
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
-	-	-	-	-	-	13,91	13,91	-	-	-	-	27,82
Total Reprografia												
357,25	1.029,52	987,48	239,41	494,53	1.754,27	1.510,82	279,68	1.223,51	2.591,14	3.747,43	2.532,68	16.747,72
Total recebido												
186.907,56	126.886,55	135.011,36	268.563,11	257.216,12	150.245,12	146.175,80	316.858,81	91.316,82	121.888,48	264.956,04	255.377,32	2.321.403,09

Balanço

2

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

pe

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

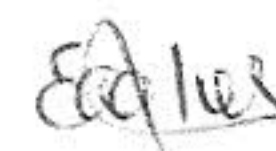
EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	4.328,31	15.861,20
Activos intangíveis	6	5.473,50	0,00
		9.801,81	15.861,20
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	10	781,20	0,00
Outras contas a receber	7	674.407,60	1.309.948,97
Diferimentos		1.700,23	4.652,73
Caixa e depósitos bancários	4	755.693,82	727.792,69
		1.432.582,85	2.042.394,39
Total do activo		1.442.384,66	2.058.255,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Dotação inicial	8	2.494,00	2.494,00
Resultados transitados	8	23.395,71	23.395,71
		25.889,71	25.889,71
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00
Total do capital próprio		25.889,71	25.889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	8.394,86	27.665,80
Estado e outros entes públicos	10	536,44	1.191,45
Outras contas a pagar	9	1.407.563,65	2.003.508,63
		1.416.494,95	2.032.365,88
Total do passivo		1.416.494,95	2.032.365,88
Total do capital próprio e do passivo		1.442.384,66	2.058.255,59

Direcção

Técnico Oficial de Contas



Demonstração de Resultados por Naturezas

3

M. J. H.

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	12	-406.356,51	-391.902,09
Gastos com o pessoal	13	-65.594,03	-104.329,85
Outros rendimentos e ganhos	11	484.058,52	503.731,38
Outros gastos e perdas		-6.048,59	-2.140,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.059,39	5.358,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-6.059,39	-5.358,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direcção

[Signature]

Técnico Oficial de Contas

E. Alves

[Signature]

[Signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

m

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		2.304.655,37	2.379.368,51
Reprografia		16.747,72	10.263,77
Pagamentos de direitos		-1.651.898,65	-1.670.835,59
Disponibilização de fundo cultural		-150.000,00	-1.488.030,45
Pagamentos a fornecedores		-422.899,63	-387.676,66
Pagamentos ao pessoal		-76.513,46	-105.401,79
Caixa gerada pelas operações		20.091,35	-1.262.312,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		7.809,78	-1.520,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		27.901,13	-1.263.832,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-15.928,52
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	15,93
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	-15.912,59
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		27.901,13	-1.279.745,39
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	727.792,69	2.007.538,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	755.693,82	727.792,69

Direcção



Técnico Oficial de Contas



pi.
fil
mte

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5



Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

EURO						
DESCRIÇÃO	2011	2010	2009	2008	2007	Total
Disponibilização de fundo cultural:						
SPA	0,00	707.445,97	0,00	325.534,15	709.328,88	1.742.309,00
GDA	0,00	530.584,48	0,00	244.150,62	531.996,66	1.306.731,76
GEDIFE	150.000,00	0,00	0,00	129.595,15	282.383,82	561.978,97
AUDIOGEST	0,00	250.000,00	0,00	114.555,47	249.612,83	614.168,30
Totais	150.000,00	1.488.030,45	0,00	813.835,39	1.773.322,19	4.225.188,03
Juros das aplicações do fundo cultural:						
SPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 a)
GDA	5.521,16	300,83	3.454,17	3.843,00	500,00	13.619,16 a)
GEDIFE	17,57	2,62	6.676,90	10.311,19	0,00	17.008,28 a)
AUDIOGEST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 a)
Totais	5.538,73	303,45	10.131,07	14.154,19	500,00	30.627,44
Utilização de fundo cultural:						
SPA	323.817,50	252.700,00	154.773,67	558.172,80	321.972,85	1.611.436,82
GDA	129.449,48	139.607,18	218.160,26	370.558,15	244.650,58	1.102.425,65
GEDIFE	150.029,48	1.255,24	297.825,84	117.406,85	12.271,66	578.789,07
AUDIOGEST	173.964,08	194.231,58	82.888,95	69.865,96	72.350,81	593.301,38
Totais	777.260,54	587.794,00	753.648,72	1.116.003,76	651.245,90	3.885.952,92
Desvio em valor:						
SPA						-130.872,18
GDA						-217.925,27
GEDIFE						-198,18
AUDIOGEST						-20.866,92
Totais						-369.862,55
Em percentagem						-8,69%

a) Informação não disponível.

Direção

Técnico Oficial de Contas

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

6

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

M. Ail

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período 2010	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71		0,00	25.889,71
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado líquido do período	2	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Resultado integral	3			0,00	0,00		0,00	0,00
4=2+3				0,00	0,00		0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim do período 2010	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71		0,00	25.889,71
6=1+2+3+5								

Direcção

[Assinatura]

Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

[Assinatura]

Handwritten signature

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2011	6	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Resultado líquido do período	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	8			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período	9=7+8			0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
Posição no fim do período 2011	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6+7+8+10	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Handwritten signature

Técnico Oficial de Contas

Handwritten signature

Handwritten signature

pc.
Hil
ntr

Anexo às Demonstrações Financeiras

7

*u-
Hil
rth*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2011

1. Identificação da entidade:

- | | |
|-----------------------------|---|
| 1 – Designação da entidade: | AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada |
| 2 – Sede: | Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa |
| 3 – Natureza da actividade: | A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro |

A associação tem o número de pessoa colectiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2011.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de Julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

u.
hil
mt

2.3 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez no ano de 2010 de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) contempladas no novo referencial contabilístico português – SNC. Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2010 de acordo com as NCRF, de forma que fosse possível apresentar as demonstrações financeiras do ano de 2009 apresentadas para fins comparativos com as NCRF.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou actual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Handwritten signature

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Handwritten signature

Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efectuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

u.
Hil
mtz

A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

pe
2-1
mt

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2011	2010
Numerário	173,32	206,78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	654.899,03	727.585,91
Outras disponibilidades	100.621,47	0,00
Caixa e seus equivalentes	755.693,82	727.792,69
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	755.693,82	727.792,69
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas				
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	2.820,00	24.744,21	2.845,92	8.209,85	38.619,98
Depreciação acumulada	-2.820,00	-18.160,08	-1.778,70	0,00	-22.758,78
Valor líquido inicial	0,00	6.584,13	1.067,22	8.209,85	15.861,20
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	-8.209,85	-8.209,85
Depreciação do exercício	0,00	-2.967,30	-355,74	0,00	-3.323,04
Total de movimentos	0,00	-2.967,30	-355,74	-8.209,85	-11.532,89
Saldo final:					
Valor de aquisição	2.820,00	24.744,21	2.845,92	0,00	30.410,13
Depreciação acumulada	-2.820,00	-21.127,38	-2.134,44	0,00	-26.081,82
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	3.616,83	711,48	0,00	4.328,31

Handwritten signature

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de activos fixos tangíveis.

6. Activos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de activos intangíveis:

Movimentos	Rubricas	
	Programas de computador	Total
Saldo inicial:		
Valor de aquisição	0,00	0,00
Depreciação acumulada	0,00	0,00
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	0,00	0,00
Movimentos do ano:		
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Transferências	8.209,85	8.209,85
Depreciação do exercício	-2.736,35	-2.736,35
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	5.473,50	5.473,50
Saldo final:		
Valor de aquisição	8.209,85	8.209,85
Depreciação acumulada	-2.736,35	-2.736,35
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	5.473,50	5.473,50

M.
Jil
mtz

Os activos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de activos tangíveis em curso.

7. Outras contas a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2011	2010
Devedores por acréscimos	0,00	2.000,00
	0,00	2.000,00
Associadas	0,00	1.602,21
Entidades reprografia	17.694,35	17.850,51
Entidades audiovisual	655.790,86	1.288.074,51
Outros devedores	922,39	421,74
	674.407,60	1.307.948,97
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	674.407,60	1.309.948,97

A Associação entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

8. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2010 e 2011, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

M. J. Silva

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2011	2010
Fornecedores conta corrente	8.394,86	27.665,80
Total	8.394,86	27.665,80

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2011	2010
Fornecedores de investimentos	0,00	272,25
	0,00	272,25
Credores por acréscimos	3.498,55	13.579,74
	3.498,55	13.579,74
Outros credores:		
Remunerações devidas	673.485,48	1.305.925,02
Direitos a distribuir	371.296,24	386.989,22
Juros a distribuir	11.065,53	14.584,93
Fundo cultural	347.227,73	279.900,31
Outros	990,12	2.257,16
	1.404.065,10	1.989.656,64
Total	1.407.563,65	2.003.508,63

Handwritten signature

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo correntes	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	536,44
Contribuições para a Segurança Social	781,20	0,00
Total	781,20	536,44

11. Rédito:

11.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos e ganhos.

11.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2011	2010
Outros rendimentos e ganhos:		
Quotas	237.105,31	191.896,89
Fundo Cultural	246.953,21	309.834,49
Apoio participação IFRRO	0,00	2.000,00
Outros	0,00	0,00
Total de outros rendimentos e ganhos	484.058,52	503.731,38

M. J. L.
2011

12. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2011	2010
Subcontratos	268.113,10	284.811,21
Trabalhos especializados	54.711,83	32.050,83
Honorários	26.202,50	10.980,99
Rendas e alugueres	16.528,68	17.181,92
Comunicação	9.333,39	9.143,36
Deslocações e estadas	3.743,91	13.582,92
Material de escritório	1.610,27	3.297,72
Diversos	26.112,83	20.853,14
Total	406.356,51	391.902,09

13. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2011	2010
Remunerações	51.581,98	85.485,06
Encargos sobre remunerações	8.576,32	14.761,45
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.352,31	1.365,05
Outros gastos com o pessoal	4.083,42	2.718,29
Total	65.594,03	104.329,85

Durante o exercício de 2011, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 2 funcionários. A 31 de Dezembro existia apenas um funcionário.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

14. Acontecimentos após a data do balanço:

14.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

14.2 – Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção


Técnico Oficial de Contas

